v7.n8.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

ÓBITOS DE MULHERES POR AGRESSÃO NO CEARÁ, BRASIL: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL, 2020–2024

FEMALE DEATHS DUE TO ASSAULT IN CEARÁ, BRAZIL: EPIDEMIOLOGICAL PROFILE AND TERRITORIAL DISTRIBUTION, 2020–2024

MUERTES DE MUJERES POR AGRESIÓN EN CEARÁ, BRASIL: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO Y DISTRIBUCIÓN TERRITORIAL, 2020–2024

Espedito Afonso Júnior[1], Maria José dos Santos Caetano de Mesquita[2], Marta Maria Costa Freitas Mendes[3], Ravena Viana Ximenes[4], Maria Lúcia Cardoso Coelho[5], Hilça Maria de Azevedo Parente[6], Vanessa Stéphanye de Andrade Florêncio Deó[7], Lucélia Rodrigues Afonso[8]

e788728
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i8.8728

PUBLICADO: 08/2026

RESUMO

A violência contra a mulher constitui grave problema de saúde pública no Brasil, expressando desigualdades de gênero e importantes impactos na mortalidade feminina. Objetivou-se analisar o perfil epidemiológico e a distribuição territorial dos óbitos de mulheres por agressão no estado do Ceará, Brasil, de 2020 a 2024. Trata-se de estudo ecológico, descritivo e quantitativo, baseado em dados secundários do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Analisaram-se os óbitos femininos por agressão classificados pelos códigos X85 a Y09 da Classificação Internacional de Doenças – 10ª Revisão (CID-10), segundo faixa etária, município de residência e causa básica do óbito. Aponta-se que os dados referentes ao ano de 2024 são preliminares. No período analisado, registraram-se 255 óbitos de mulheres por agressão. Observou-se predominância de agressões por objeto cortante ou penetrante (76,9%), seguidas por agressões por objeto contundente (18,8%). A maior concentração de óbitos ocorreu entre mulheres de 20 a 49 anos (68,2%). Do ponto de vista territorial, verificou-se maior concentração de casos na Região Metropolitana de Fortaleza, com registros distribuídos por diversos municípios do interior do estado, evidenciando ampla distribuição territorial dos óbitos. Os resultados evidenciaram a persistência da violência letal contra mulheres no Ceará e reforçaram a necessidade de políticas públicas intersetoriais e territorialmente sensíveis para prevenção e enfrentamento desse agravo.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Contra a Mulher. Óbito de mulheres. Mortalidade. Análise Espacial.

[1] Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR, Mestrando em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva- PPSAC.
[2] Enfermeira pela Universidade Federal do Ceará-UFC, Mestre em Tecnologia e Inovação em Enfermagem- Universidade de Fortaleza- UNIFOR.
[3] Enfermeira pela Universidade Estadual do Ceará-UECE, Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará-UFC.
[4] Nutricionista pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR, Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva- PPSAC.
[5] Graduada em Recursos Humanos pela Universidade Vale do Acaraú-UVA, Especialista em Saúde Pública pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI).
[6] Enfermeira pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR, Mestre em Ciências Médico Cirúrgica pela Universidade Federal do Ceará-UFC.
[7] Médica pela Universidade Privada Del Este (UPE), Nutricionista pela Faculdade do Vale do Ipojuca (FAVIP), Especialista em Medicina da Família e Comunidade pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
[8] Enfermeira pela UNIGRANDE, Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará-UECE/ Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-PPSAC.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

ABSTRACT
Violence against women constitutes a major public health problem in Brazil, reflecting gender inequalities and causing significant impacts on female mortality. This study aimed to analyze the epidemiological profile and geographic distribution of deaths of women due to assault in the state of Ceará, Brazil, from 2020 to 2024. This is an ecological, descriptive, and quantitative study based on secondary data from the Mortality Information System (SIM). Deaths of women due to assault classified under codes X85 to Y09 of the International Classification of Diseases, 10th Revision (ICD-10), were analyzed according to age group, municipality of residence, and underlying cause of death. It should be noted that the data for 2024 are preliminary. During the study period, 255 deaths of women due to assault were recorded. Assaults involving sharp or penetrating objects accounted for the majority of cases (76.9%), followed by assaults involving blunt objects (18.8%). The highest proportion of deaths occurred among women aged 20 to 49 years (68.2%). From a territorial perspective, the highest concentration of cases was observed in the Metropolitan Region of Fortaleza, with records distributed across several municipalities in the interior of the state, demonstrating a broad territorial distribution of deaths. These findings highlight the persistence of lethal violence against women in Ceará and reinforce the need for intersectoral and territorially sensitive public policies aimed at preventing and addressing this public health problem.

KEYWORDS: *Violence Against Women. Death of women. Mortality. Spatial Analysis.*

RESUMEN
La violencia contra la mujer constituye un grave problema de salud pública en Brasil, reflejando desigualdades de género y generando importantes impactos en la mortalidad femenina. Este estudio tuvo como objetivo analizar el perfil epidemiológico y la distribución territorial de las muertes de mujeres por agresión en el estado de Ceará, Brasil, durante el período de 2020 a 2024. Se trata de un estudio ecológico, descriptivo y cuantitativo, basado en datos secundarios del Sistema de Información sobre Mortalidad (SIM). Se analizaron las muertes de mujeres por agresión clasificadas bajo los códigos X85 a Y09 de la Clasificación Internacional de Enfermedades, 10.ª Revisión (CIE-10), según grupo de edad, municipio de residencia y causa básica de muerte. Cabe señalar que los datos correspondientes al año 2024 son preliminares. Durante el período analizado se registraron 255 muertes de mujeres por agresión. Se observó un predominio de las agresiones con objeto cortante o punzante (76,9%), seguidas por las agresiones con objeto contundente (18,8%). La mayor concentración de muertes se registró entre mujeres de 20 a 49 años (68,2%). Desde una perspectiva territorial, se observó una mayor concentración de casos en la Región Metropolitana de Fortaleza, con registros distribuidos en diversos municipios del interior del estado, evidenciando una amplia distribución territorial de las muertes. Los resultados ponen de manifiesto la persistencia de la violencia letal contra las mujeres en Ceará y refuerzan la necesidad de políticas públicas intersectoriales y territorialmente sensibles para la prevención y el enfrentamiento de este problema de salud pública.

PALABRAS CLAVE: *Violencia contra la mujer. Mortalidad femenina. Agresión. Distribución territorial.*

INTRODUÇÃO

A realização deste estudo justifica-se pela persistência da violência letal contra mulheres como grave problema de saúde pública e de direitos humanos, cujas repercussões ultrapassam o âmbito individual e impactam famílias, comunidades e os serviços de saúde (Bahia, 2025). Apesar dos avanços legais e das políticas de enfrentamento da violência de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

gênero no Brasil, ainda existem lacunas na compreensão da distribuição territorial e das características epidemiológicas dos óbitos femininos por agressão, especialmente no estado do Ceará (Ferreira, 2021).

Nesse contexto, a análise integrada do perfil das vítimas e da distribuição territorial dos óbitos pode subsidiar o planejamento de ações de vigilância, prevenção e proteção, orientando a alocação de recursos e o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas e territorialmente sensíveis (FBSP, 2022). Desta forma, o estudo contribui para ampliar o conhecimento sobre a violência letal contra mulheres, fortalecendo a produção de evidências capazes de apoiar a formulação, implementação e avaliação de estratégias intersetoriais voltadas à redução da mortalidade feminina por agressão.

Diante desse cenário, a pesquisa foi orientada pela questão norteadora: qual o perfil epidemiológico e a distribuição territorial dos óbitos de mulheres por agressão, no estado do Ceará, no período de 2020 a 2024?

Assim, o objetivo geral foi analisar o perfil epidemiológico e a distribuição territorial dos óbitos de mulheres por agressão, no estado do Ceará, no período de 2020 a 2024, segundo faixa etária, município de residência e causas básicas classificadas pela Classificação Internacional de Doenças – 10ª Revisão (CID-10).

Como objetivos específicos: (i) caracterizar o perfil epidemiológico dos óbitos de mulheres por agressão segundo faixa etária e mecanismo da agressão, conforme a CID-10; (ii) analisar a distribuição territorial dos óbitos por município de residência, identificando os municípios com maior concentração de registros; e (iii) descrever a variação anual dos óbitos no período de 2020 a 2024 no estado do Ceará.

REFERENCIAL TEÓRICO

A violência contra mulheres representa grave problema de saúde pública e de direitos humanos, com impactos expressivos sobre a morbimortalidade feminina, o bem-estar individual e coletivo e a organização dos sistemas de saúde (Instituto Sou da Paz, 2025). Entre as manifestações mais graves, encontram-se os óbitos decorrentes de agressão, que refletem desigualdades estruturais de gênero e representam importante indicador da magnitude da violência letal contra mulheres. Além das consequências diretas para as vítimas, esses eventos produzem repercussões sociais, econômicas e sanitárias, exigindo respostas articuladas entre os setores da saúde, segurança pública, assistência social e justiça (Malta *et al.,* 2020).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

No Brasil, importantes avanços normativos e institucionais foram alcançados nas últimas décadas, destacando-se a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e a Lei nº 13.104/2015, que tipificou o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio. Entretanto, embora o feminicídio represente categoria jurídico-penal específica, os sistemas de informação em saúde registram os óbitos decorrentes de agressão, segundo a Classificação Internacional de Doenças – 10ª Revisão (CID-10), por meio dos códigos X85 a Y09, sem possibilitar, isoladamente, a identificação das circunstâncias da ocorrência ou da relação entre vítima e agressor (Malta *et al.,* 2020; Rios *et al.,* 2023). Assim, os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) permitem caracterizar a magnitude, o perfil epidemiológico e a distribuição territorial dos óbitos por agressão, mas não distinguem, de forma direta, os casos de feminicídio.

A mortalidade feminina por agressão apresenta importante concentração entre mulheres jovens e adultas, especialmente nas faixas etárias economicamente ativas (Morais; Oliveira, 2024). A literatura também descreve que parte expressiva desses óbitos ocorre em contextos de violência interpessoal e doméstica, frequentemente envolvendo parceiros íntimos ou familiares (Rios *et al.,* 2023). Contudo, essas circunstâncias decorrem de investigações específicas e não podem ser identificadas diretamente nos registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade, razão pela qual não devem ser automaticamente atribuídas aos óbitos classificados apenas pelos códigos da CID-10.

No Nordeste brasileiro, a violência letal contra mulheres permanece como importante desafio para saúde pública, apresentando distribuição heterogênea entre capitais e municípios do interior (IPEA, 2022). As desigualdades territoriais relacionadas ao acesso aos serviços especializados, à rede de proteção social e às ações de vigilância em saúde contribuem para diferentes padrões de registro e resposta institucional, reforçando a necessidade de análises epidemiológicas que subsidiem o planejamento de políticas públicas territorialmente sensíveis.

Outro aspecto relevante refere-se às desigualdades raciais associadas à violência letal contra mulheres. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública evidenciam que mulheres negras representam a maioria das vítimas de feminicídio no país, correspondendo a 62% dos casos registrados em 2024 (IPEA; FBSP, 2024). Entretanto, a disponibilidade de informações desagregadas por raça/cor, ainda, é limitada em diversos estados brasileiros, incluindo o Ceará, dificultando a análise das desigualdades raciais relacionadas à mortalidade feminina por agressão e comprometendo a formulação de políticas públicas baseadas em evidências (Marques, 2023).

Nesse contexto, os sistemas de informação em saúde constituem importante ferramenta para a vigilância epidemiológica da violência letal contra mulheres. Entre eles, destaca-se o

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), que reúne dados padronizados sobre os óbitos ocorridos no país e possibilita análises, segundo características demográficas, causas de morte e distribuição territorial (Malta *et al.,* 2020). Embora apresente limitações, como subnotificação, qualidade variável do preenchimento das declarações de óbito e ausência de informações sobre o vínculo entre vítima e agressor, o SIM representa uma das principais fontes de dados para estudos epidemiológicos, permitindo monitorar a magnitude da mortalidade por agressão e subsidiar o planejamento, a implementação e a avaliação de políticas públicas voltadas à prevenção da violência contra mulheres.

METODOLOGIA

Trata-se de estudo ecológico, descritivo, de abordagem quantitativa, baseado em dados secundários de domínio público provenientes do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). O recorte espacial compreendeu o estado do Ceará, Brasil, e o período de análise abrangeu os anos de 2020 a 2024.

Incluíram-se todos os óbitos de mulheres residentes no estado do Ceará, cuja causa básica de morte foi classificada entre os códigos X85 e Y09 da Classificação Internacional de Doenças – 10ª Revisão (CID-10), correspondentes às agressões. Excluíram-se os registros cuja causa básica não se enquadrava nesse intervalo de códigos. Os dados foram obtidos por meio do TABNET/DATASUS, utilizando a seguinte rota de acesso: Informações de Saúde (TABNET) → Estatísticas Vitais → Mortalidade – 1996 a 2024 pela CID-10 → Óbitos por residência. Aplicaram-se os filtros: estado de residência Ceará, sexo feminino, período de ocorrência 2020 a 2024 e causas básicas de óbito correspondentes aos códigos X85 a Y09 da CID-10. A extração dos dados foi realizada em 22 de dezembro de 2025, considerando a disponibilidade de dados consolidados até o ano de 2023 e dados preliminares para 2024, conforme informado pelo DATASUS.

As variáveis analisadas foram faixa etária (menor de 1 ano; 1 a 4; 5 a 9; 10 a 14; 15 a 19; 20 a 29; 30 a 39; 40 a 49; 50 a 59; 60 a 69; 70 a 79; e 80 anos ou mais), município de residência, ano do óbito e causa básica da morte, segundo a CID-10. Após a extração, os dados foram exportados para planilhas do Microsoft Excel®, em que foram submetidos à conferência, padronização das variáveis, eliminação de duplicidades, quando existentes, e verificação de consistência. Os registros com informações ignoradas ou incompletas foram mantidos nas análises, sendo apresentados conforme a disponibilidade da base de dados.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva, utilizando frequências absolutas e relativas das variáveis estudadas. Os resultados foram apresentados em tabelas, gráficos e mapas temáticos, permitindo a caracterização do perfil epidemiológico e da distribuição territorial dos óbitos, segundo faixa etária, município de residência, mecanismo da agressão e variação anual dos registros no período analisado.

Por se tratar de estudo desenvolvido com dados secundários, públicos, anonimizados e de livre acesso, sem possibilidade de identificação individual dos sujeitos, a pesquisa dispensou apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período de 2020 a 2024, registraram-se 255 óbitos de mulheres por agressão no estado do Ceará, conforme os códigos X85 a Y09 da Classificação Internacional de Doenças – 10ª Revisão (CID-10), segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Observou-se variação anual no número de registros ao longo do período analisado. Em 2020, contabilizaram-se 49 óbitos, aumentando para 52, em 2021, e alcançando o maior número em 2022, com 62 registros. Nos anos seguintes, verificou-se redução para 51 óbitos, em 2023, e 41, em 2024, ressaltando-se que os dados referentes ao último ano são preliminares e podem sofrer alterações, após consolidação pelo sistema de informação.

A distribuição dos óbitos, de acordo com o mecanismo da agressão, demonstrou predominância de três categorias da CID-10 (Tabela 1). A maior frequência correspondeu às agressões por objeto cortante ou penetrante, com 196 registros (76,86%), seguidas pelas agressões por objeto contundente, com 48 casos (18,82%), e agressões por outros meios especificados, com 11 registros (4,31%). Esses resultados representaram a distribuição dos mecanismos registrados nas declarações de óbito, não permitindo inferir isoladamente circunstâncias relacionadas ao vínculo entre vítima e agressor ou ao contexto de ocorrência.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Tabela 1. Distribuição dos óbitos femininos por agressão, segundo mecanismo registrado na CID-10, Ceará, 2020–2024

Causas (CID-10)	**n**	**%**
Agressão por objeto cortante ou penetrante	196	76,86
Agressão por objeto contundente	48	18,82
Agressão por outros meios especificados	11	4,31
Total	**255**	**100**

Fonte: MS/SVSA/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

A análise, de acordo com a faixa etária, evidenciou maior frequência de óbitos entre mulheres jovens e adultas (Tabela 2). As faixas de 20 a 29 anos, 30 a 39 anos e 40 a 49 anos concentraram os maiores números absolutos, correspondendo, respectivamente, a 60 (23,5%), 58 (22,7%) e 56 registros (22,0%). Ao considerar conjuntamente o grupo de 20 a 49 anos, observaram-se 174 óbitos, correspondendo a 68,2% do total analisado. Entre adolescentes de 15 a 19 anos, registraram-se 21 óbitos (8,2%). Nas faixas etárias inferiores, observaram-se poucos registros, sendo um caso entre crianças de 5 a 9 anos e três casos entre 10 e 14 anos. Entre mulheres com 50 anos ou mais, houve redução progressiva da frequência absoluta de registros, totalizando 56 óbitos no período.

Tabela 2. Distribuição dos óbitos femininos por agressão, segundo faixa etária e ano de ocorrência, Ceará, 2020–2024

Faixa Etária (anos)	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2020–2024**
< 1	0	0	0	0	0	0
1 - 4	0	0	0	0	0	0
5 - 9	1	0	0	0	0	1
10 - 14	1	0	0	1	1	3
15 - 19	5	7	2	2	5	21
20 - 29	12	13	16	12	7	60
30 - 39	12	12	10	13	11	58
40 - 49	8	9	12	15	12	56

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

50 - 59	4	6	10	5	1	26
60 - 69	1	4	10	2	3	20
70 - 79	3	1	2	1	1	8
80 anos e mais	2	0	0	0	0	2
Total geral	**49**	**52**	**62**	**51**	**41**	**255**

Fonte: MS/SVSA/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Os óbitos foram registrados em 101 municípios do estado do Ceará, evidenciando ampla distribuição territorial dos eventos. Entre os municípios com maior número absoluto de registros, destacou-se Fortaleza, com 53 óbitos (20,78%), seguida por Caucaia (12; 4,71%), Juazeiro do Norte (11; 4,31%) e Sobral (8; 3,14%) (Tabela 3).

Outros municípios apresentaram menores frequências absolutas, como Acopiara e Tianguá, com seis registros cada; Crateús e São Benedito, com cinco registros cada; e Brejo Santo, Crato, Iguatu, Itarema e São João do Jaguaribe, com quatro registros cada. Ao considerar que os municípios apresentaram diferentes contingentes populacionais, esses valores representaram a distribuição do volume de registros e não permitiram inferir diferenças de risco epidemiológico entre os territórios. Assim, a concentração de registros absolutos em municípios de maior porte deve ser interpretada considerando a distribuição populacional e a capacidade de registro dos eventos.

Tabela 3. Distribuição dos óbitos femininos por agressão segundo município de residência, Ceará, 2020–2024

Municípios	**Total de Óbitos (2020-2024)**	**%**
Fortaleza	53	20,78
Caucaia	12	4,71
Juazeiro do Norte	11	4,31
Sobral	8	3,14
Acopiara	6	2,35
Tianguá	6	2,35
Crateús	5	1,96
São Benedito	5	1,96

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Brejo Santo	4	1,57
Crato	4	1,57
Iguatu	4	1,57
Itarema	4	1,57
São João do Jaguaribe	4	1,57
Total do Grupo (13)	126	49,41
Outros Municípios (88)	129	50,59
Total Geral (101)	255	100

Fonte: MS/SVSA/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

A distribuição territorial dos registros demonstrou ocorrência dos óbitos em diferentes áreas do estado, incluindo municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e do interior cearense. Embora Fortaleza apresente o maior número absoluto de registros, constatou-se que os óbitos não estiveram restritos aos grandes centros urbanos, estando presentes em 101 municípios, durante o período analisado.

Os resultados deste estudo demonstraram que os óbitos de mulheres por agressão no estado do Ceará, entre 2020 e 2024, apresentaram maior frequência entre mulheres jovens e adultas, predominância de agressões classificadas como uso de objeto cortante ou penetrante e ampla distribuição territorial dos registros, com ocorrência em 101 municípios do estado. Esses achados reforçaram a relevância da violência letal contra mulheres como problema de saúde pública, considerando a magnitude, o impacto social e a necessidade de estratégias articuladas de vigilância e prevenção (Malta *et al*., 2020; Cerqueira *et al.,* 2023).

A predominância das agressões classificadas como objeto cortante ou penetrante, responsáveis por 76,86% dos registros analisados, representa característica importante do perfil dos óbitos identificados no SIM. Estudos nacionais apontam que os mecanismos utilizados nas agressões femininas apresentam padrões distintos daqueles observados em homens, com maior participação relativa de instrumentos perfurocortantes e outros meios de agressão física (Rios *et al*., 2023). Entretanto, ao considerar que a base utilizada não contém informações sobre circunstância da ocorrência, local do evento ou vínculo entre vítima e agressor, os resultados não permitiram afirmar diretamente associação com violência doméstica ou violência por parceiro íntimo. Esse padrão pode ser compatível, em determinados contextos, com situações de maior proximidade física entre vítima e agressor, conforme descrito na literatura, mas essa hipótese necessita ser investigada por estudos com variáveis específicas sobre dinâmica da violência.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A concentração dos óbitos entre mulheres de 20 a 49 anos, que representaram 68,2% dos registros, é semelhante ao observado em estudos epidemiológicos nacionais sobre mortalidade feminina por agressões. Mulheres jovens e adultas constituem, frequentemente, o grupo com maior ocorrência desses eventos, possivelmente em razão de maior exposição a diferentes contextos sociais, familiares e comunitários ao longo desse período da vida (Cerqueira *et al.*, 2023). Contudo, a interpretação dos achados deve considerar que o presente estudo descreveu apenas a distribuição dos óbitos, segundo faixa etária, sem avaliar fatores individuais ou sociais associados à ocorrência desses eventos.

Quanto à variação anual, observou-se aumento dos registros entre 2020 e 2022, seguido de redução em 2023 e 2024. Esse comportamento deve ser interpretado com cautela, especialmente em relação ao último ano analisado, composto por dados preliminares sujeitos a atualização após consolidação do sistema. Alterações temporais nos registros de mortalidade por causas externas podem sofrer influência de diferentes fatores, incluindo mudanças nos processos de registro, acesso aos serviços, investigação dos óbitos e condições sociais presentes em cada período (Malta *et al.*, 2020).

A concentração dos maiores números absolutos de óbitos em municípios como Fortaleza, Caucaia, Juazeiro do Norte e Sobral deve ser analisada considerando a distribuição populacional desses territórios. Municípios mais populosos tendem a apresentar maior quantidade absoluta de eventos, não significando necessariamente maior risco epidemiológico, quando comparados a localidades com menor população. Assim, os resultados deste estudo permitiram identificar a distribuição dos registros de óbitos por município de residência, mas não possibilitaram estabelecer hierarquia de risco entre os territórios analisados, uma vez que não foram calculadas taxas populacionais.

Apesar da maior frequência absoluta observada em municípios de maior porte, a ocorrência de registros em 101 municípios evidencia ampla distribuição territorial dos óbitos femininos por agressão no Ceará. Esse achado reforça a importância de ações de vigilância e prevenção que considerem diferentes realidades municipais, incluindo localidades de pequeno e médio porte. A presença desses eventos em diferentes áreas do estado demonstra que a violência letal contra mulheres não deve ser compreendida como fenômeno restrito exclusivamente aos grandes centros urbanos.

As desigualdades territoriais relacionadas à disponibilidade de serviços de proteção, assistência social e atendimento especializado podem influenciar a capacidade institucional de prevenção, identificação e resposta às situações de violência. Estudos apontaram que limitações na oferta e articulação das redes de proteção podem representar barreiras importantes para o

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

enfrentamento da violência contra mulheres, especialmente em municípios com menor estrutura assistencial (Meneghel *et al*., 2017; Aguiar, 2025). Entretanto, esses aspectos não podem ser confirmados diretamente pelos dados deste estudo, devendo ser compreendidos como elementos contextuais descritos pela literatura.

É importante destacar que os óbitos analisados correspondem às agressões classificadas entre os códigos X85 e Y09 da CID-10, conforme registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade. Embora esses dados constituam importante fonte para monitoramento epidemiológico da violência letal contra mulheres, eles não permitem identificar diretamente os casos de feminicídio, segundo a definição jurídica brasileira, nem informações referentes ao vínculo entre vítima e agressor, motivação do crime ou circunstâncias específicas do evento (Malta *et al*., 2020). Desta forma, os resultados devem ser interpretados como análise da mortalidade feminina por agressão, e não como estimativa direta de feminicídios.

A utilização de dados secundários provenientes de sistemas de informação em saúde apresenta limitações reconhecidas, incluindo possíveis inconsistências no preenchimento das declarações de óbito, subnotificação, ausência de determinadas variáveis sociodemográficas e impossibilidade de análise de aspectos relacionais envolvidos na violência. No presente estudo, destacam-se ainda como limitações a utilização de dados preliminares referentes a 2024, a ausência de análise segundo raça/cor, escolaridade e estado civil, a utilização de frequências absolutas sem cálculo de taxas populacionais e a ausência de análises espaciais formais capazes de estimar padrões de risco territorial.

Apesar dessas limitações, os achados contribuem para ampliar o conhecimento sobre o perfil epidemiológico e a distribuição territorial dos óbitos femininos por agressão no Ceará. A identificação de grupos etários mais frequentemente atingidos, dos principais mecanismos registrados e da distribuição municipal dos eventos fornece informações relevantes para o fortalecimento da vigilância epidemiológica e o planejamento de políticas públicas intersetoriais voltadas à prevenção da violência contra mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que os óbitos de mulheres por agressão no estado do Ceará, no período de 2020 a 2024, apresentaram maior frequência entre mulheres jovens e adultas, com predominância dos mecanismos classificados como agressão por objeto cortante ou penetrante e agressão por objeto contundente, de acordo com os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade. Observou-se, ainda, ampla distribuição territorial dos registros,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

com ocorrência dos óbitos em diferentes municípios do estado e maior frequência absoluta em municípios de maior porte populacional.

Os resultados demonstraram a permanência da mortalidade feminina por agressão como importante problema de saúde pública, reforçando a necessidade de ações contínuas de vigilância epidemiológica e de estratégias intersetoriais voltadas à prevenção da violência contra mulheres. A identificação das características epidemiológicas dos óbitos pode contribuir para o planejamento de ações de saúde, assistência social, segurança pública e demais setores envolvidos no enfrentamento desse agravo.

Enfatiza-se que os dados analisados representaram óbitos classificados como agressões segundo a CID-10 e não permitiram identificar diretamente casos de feminicídio, vínculo entre vítima e agressor, circunstâncias da ocorrência ou motivação do evento. Desta forma, os achados devem ser interpretados como caracterização epidemiológica da mortalidade feminina por agressão, considerando as limitações próprias da fonte de dados utilizada.

Entre as limitações do estudo, destacam-se a utilização de dados secundários provenientes do SIM, sujeitos a possíveis inconsistências de preenchimento e subnotificação; a presença de dados preliminares referentes ao ano de 2024; a ausência de análise de variáveis sociodemográficas como raça/cor, escolaridade e estado civil; e a utilização de números absolutos para descrição territorial, o que limita comparações de risco entre municípios com diferentes contingentes populacionais. Além disso, não foram realizadas análises espaciais formais ou estimativas de taxas de mortalidade, restringindo a interpretação dos resultados à distribuição dos registros identificados.

Apesar das limitações, o estudo fornece evidências sobre o perfil e a distribuição territorial dos óbitos femininos por agressão no Ceará, contribuindo para ampliar o conhecimento epidemiológico sobre esse fenômeno e subsidiar o fortalecimento das ações de vigilância, monitoramento e formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

Estudos futuros poderão ampliar essa análise, mediante a incorporação de variáveis sociais e raciais, estimativas de taxas específicas por idade e território, além da integração entre bases de dados da saúde e da segurança pública, permitindo maior compreensão das desigualdades associadas à violência letal contra mulheres e contribuindo para o aprimoramento das estratégias de prevenção e proteção.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. A. Lei Maria da Penha: análise do dispositivo jurídico à luz de indicadores de violência contra a mulher no Rio Grande do Sul. **Revista Gênero**, Niterói, v. 25, n. 1, p. 1-20,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2025. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/68091/40182. Acesso em: 3 ago. 2026.

BAHIA, C. A. *et al.* Feminicídios em Minas Gerais, Brasil: da caracterização dos eventos à análise espaço-temporal. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311XPT015224.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2023**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf. Acesso em: 28 fev. 2026.

FERREIRA, I. R. F.; CAETANO, L. M. D. **Violência doméstica contra mulheres em tempos de pandemia de COVID-19 no estado do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/. Acesso em: 17 jul. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf. Acesso em: 2 mar. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2024**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/bitstreams/9cb4616a-b635-468e-aa16-61a7ff6aee21/download. Acesso em: 16 jul. 2026.

INSTITUTO SOU DA PAZ. Casos de feminicídio crescem em São Paulo. **Observatório do Terceiro Setor**, São Paulo, 27 jun. 2025. Disponível em: https://observatorio3setor.org.br/. Acesso em: 28 fev. 2026.

MALTA, D. C. *et al.* Association between firearms and mortality in Brazil, 1990 to 2017: a Global Burden of Disease Brazil study. **Population Health Metrics**, London, v. 18, supl. 1, p. 19, 2020. DOI: https://doi.org/10.1186/s12963-020-00222-3.

MARQUES, R.; FERREIRA, B. **Dossiê FCM AMB 23:** Feminicídio no Ceará. Fortaleza: Fórum Cearense de Mulheres, 2023. Disponível em: https://ambfeminista.org.br/wp-content/uploads/2023/03/2023-Dossie-Contra-dados-sobre-Feminicidios-no-Ceara.pdf. Acesso em: 3 ago. 2026.

MENEGHEL, S. N. *et al.* Feminicídios: estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2963-2970, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.22732015.

MORAIS, E. H. G. R.; OLIVEIRA, C. A. H. S. Feminicídio no Brasil. **Revista da Universidade Estadual de Londrina**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 570-590, 2024. DOI: https://doi.org/10.5433/1679-4842.2023v26n2p570.

RIOS, A. M. F. M. *et al.* Gender-related and non-gender-related female homicide in Porto Alegre, Brazil, from 2010 to 2016. **PLoS ONE**, San Francisco, v. 18, n. 3, e0281924, 2023. DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0281924.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.